

A INDEPENDÊNCIA DO BRASIL OU UMA FRACA BURGUESIA: O QUE CONDENOU PORTUGAL A UMA POSIÇÃO SUBALTERNA NA EUROPA?

THE INDEPENDENCE OF BRAZIL OR A WEAK BOURGEOISIE: WHAT CONDEMNED PORTUGAL TO A SUBORDINATE POSITION IN EUROPE?

Rodrigo do Prado Bittencourt¹

Endereço: Instituto Moduo Educar, Rua Prudente de Moraes, 743,
Centro. CEP: 13201004 - Jundiaí, SP – Brasil.
E-mail: rodrigobittencourt@gmail.com

Resumo: Este artigo tem o objetivo de analisar a situação de Portugal no início do século XIX, avaliando os argumentos que suas elites usavam para justificar o enfraquecimento do país. A partir de análise bibliográfica, percebe-se que alguns como Palmela defendiam a ideia de que o país decaía, graças à perda do Brasil. A este parecer opõe-se outro, defendido, sobretudo posteriormente, por Antero de Quental e Oliveira Martins (membros da Geração de 70): a fraqueza advinha de sua própria configuração histórica; que produziu uma burguesia fraca. Estes resultados levam à conclusão de que na própria análise histórica do país se refletem duas posições antagônicas: uma que ainda se apega aos padrões do Antigo Regime e outra que analisa o mundo sob a ótica do capitalismo.

Palavras-Chave: Portugal; Brasil Colônia; burguesia.

Abstract: This article aims to analyze the situation in Portugal in the early nineteenth century, assessing the arguments that their elites used to justify the weakening of the country. Through bibliographic analysis, it is noticed that some like Palmela supported the idea that the country has lost its power due to the loss of Brazil. This opinion is opposed to another, defended, especially later, by Antero de Quental and Oliveira Martins (members of the "Generation of 70"): the weakness stemmed from its own historical setting; that created a weak bourgeoisie. These results lead one to conclude that the country's own historical analysis reflects two opposing positions: one that still adheres to the standards of the Old Regime and another that analyzes the world from the point of view of capitalism.

Keywords: Portugal; Colonial Brazil; bourgeoisie.

¹ Possui graduação em Ciências Sociais (USP, 2007), mestrado em Teoria e História Literária (UNICAMP, 2013) e doutoramento em Literatura de Língua Portuguesa: Investigação e Ensino (Universidade de Coimbra, 2017).

Palmela toda a sua vida dizem ter afirmado que <<Portugal, depois da separação do Brasil, não tinha mais remédio que unir à Espanha>>. Do lado oposto, vimos Passos confessar na tribuna que o futuro nacional estava na união. A opinião do duque de Palmela firmava-se naturalmente na história do País que vivera por quatro séculos da exploração de territórios ultramarinos e que desde 20 se achava reduzido ao *canapé* europeu de D. João VI, porque o resto das suas colônias, armazém de escravos apenas, de nada valia desde que o tráfico dos negros era proibido. As finanças nacionais, exprimindo a ruína econômica portuguesa, eram o comentário eloquente da doutrina e a causa imediata mais grave das agitações da política.²

Joaquim Pedro de Oliveira Martins.

Burgueses e nobres no início do século XIX

O século XIX foi, sem dúvida alguma, um século de inúmeras transformações para os países europeus e para o mundo todo. Com Portugal não foi diferente, conflitos de diversos matizes eclodiram, demolindo o que restava do passado e erigindo um novo edifício social, não sem contradições, percalços e reminiscências, porém. Guerras europeias de grande magnitude, conflitos coloniais e guerra civil foram alguns dos elementos do século XIX português; elementos que levaram ao ápice as disputas de interesses latentes e encaminhou a sociedade lusitana para um caminho paralelo ao de outras nações europeias. Com efeito, Portugal começa o século XIX dentro de um padrão econômico, político, social e histórico e termina em outro padrão, distinto e, em parte, mesmo oposto ao primeiro. Qual seria este padrão, inicial, porém? Deve-se analisar este século, tendo em vista as transformações históricas que lhe foram legadas pelo agitado século XVIII.

Portugal inicia o século XIX ainda no Antigo Regime, dominando fortemente sua colônia americana, a principal delas, e baseando seu poder na aliança entre a realeza, a

² MARTINS, Joaquim Pedro de Oliveira. Portugal Contemporâneo. 2 vols. Mira-Sintra: Europa-América, s/d, vol. II, p.287-288).

Igreja Católica e a aristocracia. Aliança voltada para a exploração mercantilista das riquezas coloniais e nacionais, dentro de uma ótica patrimonialista em que o Estado e o país parecem pertencer ao Rei, que deles usufrui a seu bel prazer, tentando tirar o máximo de proveito para si e os seus. Deve ele exercer seu poder, entretanto, de acordo com a tradição (sustento do poderio aristocrático) e a religião (em que se sustenta o poder eclesiástico).

Assim, a burguesia lusitana se mostrava incipiente enquanto classe autônoma e consciente; ainda que pudesse, às vezes, apresentar fortunas significativas. Isso porque esta burguesia não buscava, em regra, estabelecer um conflito aberto contra a aristocracia, mas desejava unir-se a ela, fazer parte dela, como atesta Sérgio Buarque de Holanda, citando Gil Vicente:

No caso particular de Portugal, a ascensão, já ao tempo do mestre de Avis, do povo dos mesteres e dos mercadores citadinos pôde encontrar menores barreiras do que nas partes do mundo cristão onde o feudalismo imperava sem grande estorvo. Por isso, porque não teve excessivas dificuldades a vencer, por lhe faltar apoio econômico onde se assentasse de modo exclusivo, a burguesia mercantil não precisou adotar um modo de agir e pensar absolutamente novo, ou instituir uma nova escala de valores, sobre os quais firmasse permanentemente seu predomínio. Procurou, antes de associar-se às antigas classes dirigentes, assimilar muitos dos seus princípios, guiar-se pela tradição, mais do que pela razão fria e calculista. Os elementos aristocráticos não foram completamente alijados e as formas de vida herdadas da Idade Média conservaram, em parte, seu prestígio antigo.

Não só a burguesia urbana, mas os próprios labregos deixavam-se contagiar pelo resplendor da existência palaciana com seus títulos e honrarias.

Cedo não há de haver vilão:

Todos d'el Rei, todos d'el Rei,

Exclamava o pajem da Farsa dos almocreves.³

Com efeito, a burguesia buscou nobilitar-se e os títulos de nobreza, quando no auge da sua ascensão, durante a segunda metade do século XIX, serão largamente distribuídos, dentre os servidores dos interesses do Estado e dos grupos que o comandavam. De tal modo, que essa difusão de títulos nobiliárquicos produziu uma espécie de banalização da condição de nobre. Além desta banalização, há que se registrar a disseminação da prática de querer associar-se à aristocracia sem a ela pertencer. De modo que há até mesmo um ditado popular ironizando esta prática social: “— Foge, cão, que te fazem barão. — Para onde, se me fazem conde?”

³ HOLANDA, Sérgio Buarque. Raízes do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 36.

Portugal, com efeito, neste início do século XIX, apresenta uma economia fraca, de capitalismo incipiente, subalterna e dependente. Falta-lhe o desenvolvimento de uma burguesia de fato revolucionária, que se desapegue do modelo social tradicional e desenvolva-se enquanto exploradora moderna de mais-valia. Antero de Quental reforça esta percepção de um domínio nacional aristocrata e de uma burguesia fraca. Escreve ele: “As nossas monarquias, porém, tiveram um carácter exclusivamente aristocrático: eram-no pelo princípio, e eram-no pelos resultados. Governava-se então pela nobreza e para a nobreza”.⁴

Tem-se, pois, uma burguesia nada revolucionária: sem consciência de classe muito forte. Ligada quase tão somente ao comércio marítimo, mas pouco à indústria e à manufatura, ela não chega a consolidar as bases de uma economia autossuficiente e laboral. Por conseguinte, quase nunca buscou diferenciar-se da aristocracia. Ao contrário, desejava imitá-la em tudo. Após as grandes navegações, limitou-se ela a atuar no transporte regular de bens e pessoas entre os continentes e ao tráfico de seres humanos escravizados, oriundos da África Subsaariana. Não chegou, assim, a constituir um sério obstáculo para a nobreza, como na França Revolucionária, mas atuou como sua auxiliar na exploração colonial, fonte maior de riqueza e distinção social para a aristocracia. Ainda assim, foi estigmatizada por isso não apenas por trabalhar, bem como por realizar trabalhos pouco dignos, como aqueles ligados ao tráfico de seres humanos escravizados. Não é à toa que as senhoras lisboetas, invejosas da beleza e do sucesso de Maria Monforte, d’*Os Maias*, lhe colocam a alcunha de “negreira”, em referência à atividade de seu pai neste tipo de empreendimento colonial⁵.

Com efeito, após enriquecer-se, sobretudo com o comércio marítimo, a burguesia tentará em tudo esconder suas origens desprezadas socialmente e ligar-se à aristocracia, como mostram as atitudes do próprio pai de Maria Monforte. A primeira coisa a ser feita para se tentar essa assimilação por parte da aristocracia é abandonar qualquer tipo de trabalho e atividade manual. Algo extremamente estigmatizado pela aristocracia, como ressalta o já citado Sérgio Buarque de Holanda:

É curioso notar como algumas características ordinariamente atribuídas aos nossos indígenas e que os fazem menos compatíveis com a condição servil — sua “ociosidade”, sua aversão a todo esforço disciplinado, sua “imprevidência”, sua “intemperança”, seu gosto acentuado por atividades antes predatórias do que produtivas — ajustam-se de forma bem precisa aos tradicionais padrões de vida das classes nobres.⁶

4 QUINTAL, Antero de. *Causas da Decadência dos Povos Peninsulares nos Últimos Três Séculos*. In: SERRÃO, Joel (ed.) *Prosas Sócio-Políticas*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa de Moeda, 1982, p. 255-296, p. 284.

5 QUEIRÓS, José Maria Eça de. *Os Maias*. Episódios da vida romântica. 2 vols. Lisboa: Lello e Irmão, 1945.

6 HOLANDA, Sérgio Buarque. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 56.

Assim, compreende-se a diferença extrema entre Portugal e países em que a burguesia já está consolidada ou permanece em vias de consolidar-se definitivamente como classe dominante, como é o caso de Inglaterra e França. No caso da primeira, a potência de sua burguesia é tamanha que mesmo durante o embargo continental imposto à Inglaterra por Napoleão, este país consegue enriquecer-se⁷ e isso numa fase em que as exportações para o resto da Europa são quase que o foco principal de sua economia. Portugal, entretanto, segue os moldes do Antigo Regime, apegado às realidades que o haviam feito poderoso no passado.

Este apego ao passado, que de tão arraigado percorrerá o século XIX inteiro e será duramente atacado por José Maria Eça de Queirós, impossibilita algo essencial para os novos tempos: o acúmulo de capital. A riqueza convertida em luxo não contribuiu para um acentuado dinamismo econômico, impedindo uma maior circulação de capital e, conseqüentemente, uma reiterada realização do ciclo econômico de produção, circulação, acumulação e reinvestimento. Trata-se, assim, de uma riqueza estagnada, de muito baixa liquidez, e, portanto, de baixo potencial de transformação econômica. A este respeito, afirma Payne⁸: “Profits were absorbed primarily by the court aristocracy, and which occupied the best positions in the thalassocracy, and hence income was drained off by consumption, leaving little to reinvest to meet the mounting costs of warfare, trade, and competition”⁹.

Assim, não se pode pensar em Portugal como uma nação de capitalismo em desenvolvimento. Aqui, os privilégios concedidos por El-Rey ainda são de extrema importância no âmbito econômico, diminuindo as chances de uma concorrência plena e dinâmica. A Igreja Católica, por sua vez, ainda é uma grande latifundiária no país, capaz mesmo de imobilizar grande parte dos recursos econômicos e atrasar o desenvolvimento de toda a nação. Aliás, esta situação não se deve apenas à configuração de um Estado que se apoiou na aristocracia para exercer seu domínio com tranquilidade, beneficiando-a e recompensando-a por tal apoio; também deve-se analisar o papel da Igreja Católica na construção dessa realidade sócio-histórica.

O Estado Português não se constituiu como realidade histórica plenamente atuante sem o apoio e suporte da Igreja Católica, embora este suporte não tenha se dado de maneira inequívoca, gratuita e sem conflitos ou contradições. Ainda assim, esta instituição teve importante papel na formação política e social de Portugal e isso não apenas por seu caráter ideológico, filosófico e moral, mas também pelo seu poder temporal. Poder manifesto tanto em seus aspectos políticos mais imediatos – apoiando ou não uma determinada medida estatal, acalmando uma revolta ou suscitando uma

7 KENNEDY, Paul. Ascensão e queda das grandes potências. Rio de Janeiro: Campus, 1989, p. 132.

8 PAYNE, Stanley George. A History of Spain and Portugal. Vol. I. Madison: University of Wisconsin Press, 1973, p. 7.

9 Este trecho pode ser traduzido, de modo livre, da seguinte maneira: “Os lucros foram absorvidos principalmente pela corte aristocrática, que ocupava os melhores cargos naquela talassocracia, e, portanto, os rendimentos foram drenados pelo consumo, sobrando pouco para se reinvestir e cobrir os crescentes custos da guerra, do comércio e da competição”.

outra – como por seus aspectos econômicos de possuidora de grande parte daquele que era o meio de produção mais importante para o país até então: a terra. Aliás, mesmo com as transformações que ocorrem em todo este agitado e convulso século XIX, a terra ainda continuará a ser de extrema importância para a economia portuguesa por mais um longo período. Aliás, talvez apenas no século XX ela venha a perder seu papel de meio de produção preponderante e essencial.

Assim, deve-se analisar a repulsa ao trabalho por parte da aristocracia, de seus dependentes e agregados e ainda daquela camada bem-sucedida da burguesia que desejava se equiparar à nobreza. É importante também ter em mente a concentração fundiária nas mãos da Coroa, da Igreja Católica e da aristocracia. Tem-se com isso tudo não apenas uma elite que rejeita o trabalho bem como obstrui a ação produtiva das classes mais baixas por manter em sua posse uma alta concentração do meio de produção fundamental. Deste modo, o encargo de ter de trabalhar permanece um desafio grande demais para a pequena porção social que quer produzir e tem condições para isso. A este respeito, afirmou José Hermano Saraiva:

Um Estado rico numa nação pobre, onde a riqueza vinda de fora quebrava a coluna vertebral do trabalho interno e provocava o crescimento de uma falsa classe média que nada fazia e que, como uma corcunda enorme, ia crescendo à custa do resto do corpo do País e atrofiando com o seu peso as classes produtivas que já quase se limitam aos camponeses.¹⁰

Estado rico, com efeito, se comparado com as classes trabalhadoras de seu próprio país. Cada vez mais pobre, entretanto, se comparado aos Estados dos países em que já avançava o capitalismo, especialmente a França, a Alemanha e a Inglaterra. Quanto à riqueza vinda de fora, Saraiva refere às rendas, impostos e lucros advindos da exploração colonial e do tráfico de seres humanos escravizados, que não foi revertido em capital produtivo na metrópole, mas em luxo e capital especulativo. A classe média que não trabalha liga-se a estes proventos vindos de fora e busca, como se disse, equiparar-se à nobreza. Situação que atravessou séculos e que se fará notar ainda no começo do século XIX português.

Neste contexto, não apenas o domínio de grande parte da terra garante à Igreja Católica um forte papel econômico, mas também outros dois aspectos não ideológicos: a posse de benfeitorias agrícolas e imóveis urbanos, de um lado, e a capacidade de empregar um considerável número de trabalhadores, de outro. A posse de moinhos, poços, fornos, rodas d'água e outras benfeitorias agrícolas, sobretudo nas imediações de mosteiros e conventos, faz da Igreja Católica um ator social importante, no contexto

10 SARAIVA, José Hermano. História de Portugal. 4ª edição. Lisboa: Publicação Europa-América, 1993, p.23.

rural. Importante até mesmo para os pequenos produtores que possuem terra própria, mas que, para realizar totalmente sua atividade produtiva, necessitam de instrumentos e instalações que pertencem ao clero e, portanto, dele dependem. A respeito do poder social e econômico da Igreja em Portugal, deve-se recorrer mais uma vez ao que diz Payne:

In the process, the Catholic orthodoxy of Portugal was reinforced, the social and economic dominance of the aristocracy solidified, and the prospects for the development of a prosperous and independent middle class in Portugal greatly retarded. Persecution of the *cristãos-novos* reduced Portuguese economic resources at a time when the country was facing increased difficulty meeting the military and economic challenges of empire.¹¹

Aparece aí um novo fator a ser considerado: a formação da classe burguesa portuguesa retardada pela expulsão dos judeus do país e pela lógica socioeconômica imposta pela Igreja Católica. Alguns historiadores afirmam que o número de judeus e cristãos-novos portugueses emigrados para o Brasil chegou a constituir um terço de todos os lusitanos que deixaram a terra natal em direção à antiga colônia americana¹². Deve-se atentar também para o fato de que muitos se dirigiram ao que hoje é conhecido como Holanda, ou Países-Baixos, contribuindo para o fortalecimento econômico de um país que, embora aliado, posteriormente tornou-se um inimigo feroz; invadindo o Brasil e nele estabelecendo-se por anos a fio.

Seguindo uma medida já tomada pela Espanha, com o intuito de agradar a Roma, Portugal realiza uma perseguição social que, além de denotar uma postura de intolerância por parte do Estado, prejudica em grande parte o desenvolvimento econômico, uma vez que grande parte destas pessoas expulsas do país por causa de sua fé possuíam conhecimento acerca de ofícios mecânicos especializados e considerável capital. A este respeito, deve-se que levar em consideração a seguinte afirmação de António Sérgio de que os grupos expulsos ocupavam posição ímpar na sociedade portuguesa: “Laboriosos e flexíveis, os Judeus primavam nos ofícios manuais, nos tratos mercantis, nas agências lucrativas; e os mouros, por seu lado, salientavam-se nas profissões, liberais e no granjeio das propriedades”¹³.

Esta atitude persecutória sob influência ideológica da Igreja Católica foi uma ação política de considerável repercussão na História do país, alterando sua marcha socioeconômica e fortalecendo ainda por um bom tempo o modelo de enriquecimento

11 PAYNE, Stanley George. *A History of Spain and Portugal*. Vol. I. Madison: University of Wisconsin Press, 1973, p. 4.

12 KRESCH, Daniela. O mito sobre a origem de sobrenomes de judeus convertidos: nomes de plantas e árvores, como Pinheiro e Carvalho, não pertenceram só a cristãos-novos. *O Globo*. Rio de Janeiro. 06 de Junho de 2012. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/o-mito-sobre-origem-de-sobrenomes-de-judeus-convertidos-5227424>. Consultado em 24-10-2016.

13 SÉRGIO, António. *Breve Interpretação da História de Portugal*. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1978, p. 83.

estatal e aristocrático em uma economia pouco dinâmica e conservadora. Não se deve, entretanto, pensar que o corpo eclesiástico agia de modo totalmente isolado e solitário. Deve-se analisar esta ação mediante a luta de classes e o desejo aristocrático de refrear um grupo social que estava conquistando um poder cada vez maior. Some-se a isso um Estado desejoso de garantir, não apenas boas relações com Roma — na época um poder político considerável no âmbito das relações internacionais, além de sua penetração ideológica no seio da própria sociedade lusitana — bem como coesão social diante de um inimigo comum.

Os judeus servem assim de “bode expiatório” para os problemas diversos do país e passam a ser vistos como os culpados pela miséria e a fome das classes mais baixas. Isto não apenas preservou e inocentou a Aristocracia, a Igreja Católica e a Realeza de suas culpas pela situação do reino, como também gerou uma espécie de consenso social que arrefeceu as lutas e contestações, garantindo a estabilidade social. Isso sem mencionar ainda a oportunidade, encontrada pelo Estado e por todos aqueles que recorriam a empréstimos junto aos judeus, de não pagar suas dívidas e mesmo de pôr as mãos sobre seus bens. Godinho, com efeito, testemunhará este componente de luta de classes presente nas ações da Inquisição:

O Santo Ofício serviu de arma anti-capitalista por parte da ordem nobiliárquico-eclesiástica, ou nas lutas entre grupos de interesses rivais [...]. Tal discriminação agiu como freio poderoso no sentido de travar a formação de uma burguesia economicamente inovadora e defender uma nobreza profundamente mercantilizada dos assaltos da concorrência.¹⁴

Já Antero de Quental não apenas vê aí uma estratégia classista, como delineia as consequências econômicas de tal ação. Ele atribui o início da derrocada de Portugal e Espanha enquanto potências coloniais e europeias ao surgimento da Inquisição, no Catolicismo pós-Concílio de Trento, e sua ação retrógrada e conservadora, enquanto força de manutenção do *status quo*. Antero chega a afirmar que houve paralisia da indústria e do comércio lusitanos devido às medidas persecutórias:

Com a Inquisição, um terror invisível paira sobre a sociedade: a hipocrisia torna-se um vício nacional e necessário: a delação é uma virtude religiosa: a expulsão dos Judeus e Moiros empobrece as duas nações, paralisa o comércio e a indústria [...] a perseguição dos cristãos-novos faz desaparecer os capitais.¹⁵

14 GODINHO, Vitorino Magalhães. *A Estrutura na Antiga sociedade Portuguesa*. Coimbra: Arcádia, 1971.

15 QUINTAL, Antero de. *Causas da Decadência dos Povos Peninsulares nos Últimos Três Séculos*. In: SERRÃO, Joel (ed.) *Prosas Sócio-Políticas*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa de Moeda, 1982, p. 255-296, p. 279.

Diante de tudo isso, tem-se uma sociedade profundamente estratificada, intensamente marcada ideologicamente e com forte concentração do poder político. Uma situação de descompasso com relação aos países que vinham industrializando-se, sobretudo França e Inglaterra, e que agora dominam o cenário europeu. Não há em Portugal grande desenvolvimento da burguesia e da indústria; elementos fundamentais para a consolidação das novas posições de poder que agora vigoram no cenário histórico. Assim, o país será vítima dos conflitos hegemônicos entre estas principais forças europeias no cenário das Guerras Napoleônicas do início do século XIX.

A fraqueza desta nação, que fora uma das principais da Europa quando do início da Idade Moderna, explica-se por sua própria estagnação e pela tentativa de manter a vigência de um modelo social, político e econômico que já não correspondia da melhor maneira possível às demandas históricas do momento. Prova disso é que mesmo uma das principais atividades do país, mesmo aquela em que ele sempre colocara seu empenho, mostra-se fraca e decadente, no início do século XIX. Ao menos, é o que os dados demonstram no que se refere à agricultura portuguesa:

O cotejo dos valores das principais importações revela que a sua componente mais volumosa são, até 1820, os bens alimentares: desde os anos 60 do século XVIII que as dificuldades da economia cerealífera vinham a acentuar-se, dando origem a elevadas importações de cereais e farinhas, que pesavam cada vez mais no consumo interno. Na conjuntura que antecede a Revolução Liberal, a este dado de fundo veio juntar-se a depreciação da produção agrícola negociável, acarretando consigo a estagnação comercial.¹⁶

Um país predominantemente agrícola que depende de importadores mesmo para alimentos essenciais para a manutenção dos hábitos de consumo da maioria de sua população é realmente um país em situação econômica precária. Concentração fundiária, métodos atrasados, falta de formação da mão-de-obra, ausência de capital, altos impostos e dificuldade de escoamento da produção são elementos que contribuem para enfraquecer a agricultura portuguesa neste começo do século XIX.

Quanto à manufatura, o comércio e as finanças, são ainda mais fracos e incipientes. Se mesmo o carro-chefe do país, a agricultura, ia mal, o que poderia restar? O recurso à Colônia não é o suficiente, neste momento, em que o ouro, a prata e os diamantes das Minas Gerais e de Goiás já acabaram, quase que totalmente, e o Brasil

16 FONSECA, Fernando Taveira da. Flutuações e Crises Económicas. In: TORGAL, Luís Reis; ROQUE, João Lourenço (coord.). História de Portugal. Quinto Volume: O Liberalismo (1807-1890). Direção de José Mattoso. Lisboa: Editorial Estampa, 1998, p. 339-352, p. 346.

passa por um período de estagnação e crise.

As invasões napoleônicas e a crise do Antigo Regime

Este cenário de decadência e descompasso se agrava ainda mais no início do século XIX devido à conjuntura histórica europeia. Deve-se atentar, entretanto, para o fato de que Portugal não foi profundamente afetado pelos fatores externos por simples acaso. O que o tornou suscetível às influências exógenas foram suas próprias fraquezas internas, geradas ao longo dos séculos em função de suas opções e heranças do passado.

É verificável que a absolutização da Coroa, a sobre-expansão do clero e a potenciação da aristocracia tornaram-se as características mais salientes e duradouras na estrutura social portuguesa depois de o país se lançar nas façanhas marítimas, do que resultou a agricultura prejudicada e indústria atrasada. A predominância dessas três instituições, por um lado, impediu a ascensão da burguesia, assim dificultando a transformação da economia mercantilista na capitalista, e, por outro, promoveu espírito aventureiro não-produtivo e aversão contra o trabalho manual tanto na metrópole como no ultramar. Portanto, o declínio do Império português principia-se “de dentro” ao invés de “de fora”, e bem antes de ataques holandeses que só o aceleraram.¹⁷

Estes fatores exógenos, portanto, apenas aceleram um processo de deterioração do status quo vigente e de implantação de mudanças substanciais no ambiente endógeno. Pequeno e frágil, Portugal não pode resistir à dinâmica dos jogos de poder das potências europeias. A ascensão de Napoleão Bonaparte na França veio a transformar a História Europeia de modo intenso, semeando invasões e conquistas por quase todo o continente. Assim, a Revolução Francesa termina por espalhar não apenas sua ideologia, mas — até mesmo contraditoriamente a esta — exércitos de ocupação. Portugal foi um dos países invadidos, devido à sua aliança com Inglaterra — inimiga maior de Napoleão. Este cenário de guerra precipitou desdobramentos importantes em diversos âmbitos; como por exemplo, a Independência do Brasil, de drásticas consequências para a metrópole portuguesa.

Concomitante a este processo, e entrelaçado com ele, está o do avanço do Liberalismo em Portugal. Fator que, aliás, contribuiu para precipitar o rompimento de laços com o Brasil. Este avanço não se dará, todavia, sem uma dura oposição dos grupos que se beneficiavam do modelo social, político e econômico conhecido como “Antigo Regime”. Uma guerra civil emergirá das disputas entre absolutistas e liberais,

17 LIU, Yi. Clergy, Nobility and Crown in Decadência. *História*, 24, p. 167-190, 2005, p. 167.

demorando ainda mais para consolidar a paz e a ordem num país que fora, há pouco, completamente subjugado por uma invasão estrangeira e que assistira, atônito, à fuga de seu rei e de toda a família real, por medo do invasor e por uma estratégia muito bem calculada, mas nada generosa para com as classes baixas, que não puderam se não permanecer em Portugal.

Não se pode, entretanto, datar a implantação do Liberalismo em Portugal como um fenômeno simples, que ocorre de imediato e logo já produz seus efeitos. Esta implantação não foi um ato, mas um processo; lento, árduo e contraditório. Só assim, se entende e se leva em consideração as influências de grupos contrários a esta transformação. Grupos que não se restringirão a combater a favor do Absolutismo e de D. Miguel, contra o Liberalismo e D. Pedro IV, durante a guerra, mas continuarão a fazer ferrenha oposição ao novo modelo político mesmo após a vitória liberal. Subentende-se aqui não apenas os miguelistas, que continuarão a defender o retorno de D. Miguel e do Absolutismo até a morte deste, mas também os ultramontanos e outros conservadores, que perdurarão por todo o século XIX e que terão a seu lado órgãos de imprensa, púlpitos e figuras de destaque no cenário político nacional, como o Bispo de Viseu, tão atacado por Eça. A este respeito, pode-se mencionar o seguinte trecho, de J. Amado Mendes, que corrobora esta visão:

Pode deduzir-se do exposto que, pelo menos na esfera económica, mais do que ruptura — por vezes identificada com a Revolução Liberal de 1820 — deve falar-se antes de um movimento longo, quase secular, ao qual esteve subjacente o progressivo desmoronar do Antigo Regime e a lenta implantação do liberalismo.¹⁸

Esta ferrenha oposição ao Liberalismo, a D. Pedro IV e à Carta explicam-se pelo caráter conservador da sociedade portuguesa. O mesmo que a impediu de avançar na direção de uma transformação capitalista, como se viu acima. Talvez por tentativa de conciliação consensual com as forças conservadoras, talvez por proximidade com relação às suas ideias e projetos, mesmo os defensores do Liberalismo em Portugal não demonstravam desejar ampla liberdade e uma profunda e radical transformação das bases da sociedade.

Há, é certo, elementos radicais que anseiam por amplas transformações. A Revolução Liberal de 1820, no Porto, foi certamente a mais marcante expressão disto. Ao longo do tempo, o que se verá, entretanto, é a preponderância de liberais moderados; às vezes mais próximos até dos absolutistas que dos mais radicais defensores das transformações sociais. É neste processo ambíguo que se desenvolve a política

18 MENDES, José Amado. O Fim do Antigo Regime Económico. In: TORRAL, Luís Reis; ROQUE, João Lourenço (coord.). História de Portugal. Quinto Volume: O Liberalismo (1807-1890). Direção de José Mattoso. Lisboa: Editorial Estampa, 1998, p. 359-362, p. 360.

portuguesa do século XIX. Ambiguidade que se manifesta já mesmo na constituição que por mais tempo vigorou durante o século:

Carta Constitucional, texto que, apesar dos aditamentos que sofreu, instituiu, com uma estabilidade digna de registo a partir de 1850, um sistema fundamentado num ecletismo filosófico (invocava-se tanto a soberania nacional como a graça divina), no Estado confessional (o catolicismo era a religião do Estado, embora este pretendesse, igualmente, garantir os direitos fundamentais dos cidadãos), no voto censitário, na divisão quadripartida dos poderes (o rei exercia o poder moderador). Enfim, constituía um regime liberal, mas não democrático. Naturalmente, a tradução política da «ideia nova» tinha de se defrontar com estes postulados.¹⁹

Assim, nas primeiras décadas do século, Portugal assistiu a transformações profundas, do ponto de vista formal, embora não fossem tão profundas assim efetivamente. Com efeito, o Liberalismo vence e se impõe, mas como se vê acima, não se trata de um Liberalismo verdadeiramente democrático, que garantisse a participação social das classes mais baixas (a mais numerosa, em termos populacionais). Tampouco o fim da colonização do Brasil deve ser encarado como uma perda que possa ser considerada responsável pela difícil situação econômica portuguesa. Não apenas o Brasil já não vivia um bom momento, bem como seria difícil para Portugal manter o domínio sobre esta nação nos moldes das restrições econômicas, monopólios e privilégios que vigoraram até a fuga da família real portuguesa para sua colônia. Isto não apenas porque os exemplos da Independência dos Estados Unidos da América do Norte e da Revolução Francesa se faziam ecoar pelos colonizados, instigando aqueles que desejavam a autonomia, bem como pelas condições econômicas e geopolíticas de então.

A pressão inglesa na busca por poder estabelecer relações comerciais diretas como Brasil, sem passar pela intermediação de Portugal, é grande e se faz sentir no momento em que D. João VI pede proteção à sua antiga e poderosa aliada diante da ameaça de invasão francesa. O açúcar já não é atraente comercialmente, devido à concorrência holandesa, os metais preciosos e pedras raras já se esgotaram e aquilo que pode servir ao comércio com o Brasil não é produzido por Portugal: artigos manufaturados.

Portugal é pouco mais que um intermediador, neste momento. Tudo indica que os ingleses certamente não aceitariam ainda por muito tempo a diminuição de seus lucros por causa do privilégio colonial lusitano em relação ao Brasil. Não se deve, assim,

19 CATROGA, Fernando. Cientismo, Política e Anticlericalismo. In: TORRAL, Luís Reis; ROQUE, João Lourenço (coord.). História de Portugal. Quinto Volume: O Liberalismo (1807-1890). Direção de José Mattoso. Lisboa: Editorial Estampa, 1998, p. 495-504, p. 495.

atribuir demasiada importância às contingências históricas do momento. Elas não vão na contramão dos processos que já vêm desenvolvendo-se há séculos. Apenas acentuam-nos e precipitam a eclosão de suas consequências.

Além do que, se o Liberalismo lusitano não foi dos mais radicais, tampouco a ruptura do pacto colonial provocou alterações demasiado extremas no modo como se relacionavam os dois países.

Apesar da quebra profunda que a desagregação do Império provocara no comércio externo português, é de notar que, durante quase todo o século XIX, o Brasil continuou a importar produtos agrícolas, nomeadamente o vinho e alguns alimentos. Por sua vez, fornecia parte do algodão, açúcar e couros, para além de outras matérias-primas tropicais que a indústria portuguesa utilizava. No entanto, os montantes das exportações manter-se-iam baixos até aos meados do século, altura em que se inicia uma recuperação moderada, até às décadas de 70 e 80. É só a partir daqui que o comércio com as colónias africanas irá começar a superar o do Brasil.²⁰

Assim, como os Estados Unidos da América do Norte mantiveram um intenso comércio com sua antiga metrópole após sua independência²¹, o Brasil também não deixará de ter em Portugal um importante parceiro comercial. Isso sem falar na influência social e cultural que a antiga metrópole exercerá sobre a colônia ainda por todo o século XIX e no estreitamento do vínculo entre os dois países devido à contínua emigração de portugueses para o lá.

Não se quer aqui mitigar o impacto da independência do Brasil, mas demonstrar que este fato não pode ser visto de modo isolado, como se já não fosse um sintoma do contínuo enfraquecimento de Portugal, descrito acima. O impacto foi, sim, forte, mas não apenas o rompimento tendia a acontecer mais cedo ou mais tarde, como demonstram inclusive as independências de todos os países que pertenciam à América Espanhola — que precederam a libertação do Brasil — bem como não se deu numa colônia no auge de sua produção econômica e solidamente vinculada à metrópole.

Deve-se aqui chamar atenção para os fatores internos da realidade brasileira que contribuíram para sua independência. Afinal, se é verdade que ela não se dá por meio de um conflito popular amplo e radical, como no caso do Haiti, tampouco se pode olvidar os interesses da elite brasileira em se ver livre das amarras coloniais. Não é apenas a Inglaterra que deseja o comércio direto; o Brasil também o quer. Isso sem mencionar as disputas entre brasileiros e portugueses por cargos no Estado e por seus favores e mesmo o nativismo, que emergia com cada vez mais clareza, na antiga colônia.

20 ALEXANDRE, Valentim. Os sentidos do Império. Questão Nacional e Questão Colonial na crise do Antigo Regime Português. Porto: Afrontamento, 1993, p. 251.

21 KENNEDY, Paul. Ascensão e queda das grandes potências. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

Além disso, as transformações porque passou a América Portuguesa com a chegada de D. João VI têm o efeito de um direito adquirido e deve-se recordar que formal e juridicamente estas mudanças abolem a condição de colônia para colocar o Brasil no mesmo patamar político que sua antiga metrópole: agora, ele é Reino Unido a Portugal e Algarves. Pensar, portanto, o Brasil como colônia, após 1808, é o mesmo que a Inglaterra tratar como colônia o País de Gales ou a Escócia. Ainda que o vínculo permanecesse, portanto, ele seria distinto daquele dos séculos anteriores e isso deve ser levado em consideração numa avaliação a respeito das consequências que a separação entre os dois países trouxe.

No primeiro terço do século terão dominado os «factores desestruturantes», que afectaram sobretudo o «centro» do sistema social: o comércio de grosso trato com o Brasil, as recentes indústrias de Lisboa e do Porto, fortemente dependentes dele, as receitas do Estado, que se alimentavam sobretudo dos direitos aduaneiros e que sofreram igualmente o impacto das vicissitudes políticas e militares dos finais da primeira década do século.²²

Tem-se assim, que nem a independência do Brasil nem o domínio do Liberalismo devem ser encarados como rupturas extremas e radicais. Para um país fragilizado e explorado, entretanto, não é necessário mais que isso para abalar suas estruturas e produzir uma grave crise. Crise que se aprofundou ainda mais pelo custo em vidas e em capitais que estas transformações trouxeram, sobretudo com a guerra civil.

Sem dúvida, as primeiras décadas do século XIX produzem uma crise em que se aprofunda o enfraquecimento de Portugal mediante os demais países europeus. Situação grave, uma vez que o cenário das relações internacionais se aproxima muito da guerra de todos contra todos descrita por Hobbes. Assim, país fraco é país subjugado; país explorado.

Alguns chegam mesmo a temer que esta situação de fragilidade possa aparecer como uma oportunidade para que a Espanha venha a invadir Portugal e se apossar de toda a Península Ibérica. Outros vêem nisso não um risco ou uma ameaça, mas uma esperança. Diante da fragilidade lusitana, o pertencimento a um Estado maior e mais forte seria, para estes, a garantia de uma condição social melhor, de uma economia mais forte e uma política capaz de defender os interesses internos. De todo modo, porém, esta incorporação de Portugal às terras sob domínio castelhano não assume jamais um feitiço político unívoco: é ao mesmo tempo desejada e temida por grupos conservadores, liberais, republicanos, socialistas e anarquistas. Em todos os matizes políticos, esta reconfiguração nacional de consequências geopolíticas aparece; em todos os matizes ela

22 FONSECA, Fernando Taveira da. Flutuações e Crises Económicas. In: TORRAL, Luís Reis; ROQUE, João Lourenço (coord.). História de Portugal. Quinto Volume: O Liberalismo (1807-1890). Direção de José Mattoso. Lisboa: Editorial Estampa, 1998, p. 339-352, p. 341.

tem defensores entusiastas e detratores receosos. Note-se a que ponto chegou a crise portuguesa.

Não é sem propósito, portanto, que se reivindica uma tentativa de vencer esta situação. A colonização aparece como alternativa mais prática e acessível para o país que a União Ibérica:

É que «a generalidade da imprensa liberal portuguesa tem, face ao agudizar da crise brasileira, uma de duas atitudes: ou defende posições de força, pretendendo que se obrigue o Brasil (ou pelo menos parte dele) a submeter-se, ou propõe como projecto alternativo o desenvolvimento das possessões africanas».²³

A busca por uma saída da crise por meio da política colonial tem suas raízes na História de um país que fez da exploração de suas colônias sua principal atividade durante séculos, chegando mesmo a “deformar” sua própria sociedade e a gerar deturpações sociais e políticas capazes de a estagnar economicamente. Este passado não desapareceu com a libertação do Brasil, mas continuou a se fazer presente por meio de uma classe burguesa acostumada ao lucro desmedido dos monopólios de exportação e importação.

Esta parte da burguesia irá se opor às atividades produtivas e ao desejo de protecionismo, fazendo da especialização agrária de Portugal sua maior fonte de riqueza e desejando mesmo que esta situação de precariedade no que se refere às novas fontes de riqueza (indústria e finanças) continue e se perpetue.

A burguesia chega ao poder com o Liberalismo e D. Pedro IV, em 1834, mas mesmo antes disso ela já se dividia em duas: a burguesia produtiva e aquela ligada à exportação e importação. Isso continuará assim até o século XX. Ao menos é esta a tese de Manuel Villaverde Cabral, que, aliás, confirma a de Sérgio Buarque de Holanda, que também vê a burguesia marítima/comercial como dominante em Portugal, a despeito dos sucessivos esforços em prol do desenvolvimento da manufatura e do comércio interno.

Este, fundamentalmente, o motivo por que as décadas de 1820-40 tenham revestido, em Portugal, o carácter de uma longa, embora mitigada, guerra civil entre as duas grandes fracções da classe possidente: a aristocracia fundiária senhorial, com os seus prolongamentos na corte, sede do aparelho de Estado, e a burguesia capitalista. E logo que esta última se alcandorou ao poder, com a assinatura da paz de Évora Monte (1834), foi para rebentarem no seu seio as contradições entre dois blocos burgueses que, em nossa opinião, continuariam a opor-se, umas vezes

23 ALEXANDRE, Valentim. Os sentidos do Império. Questão Nacional e Questão Colonial na crise do Antigo Regime Português. Porto: Afrontamento, 1993, p. 659.

pacificamente, outras não, na luta pelo poder até tão recentemente como o 25 de Abril: a burguesia que continuaremos a chamar mercantil, ligada ao grande comércio de *import-export* e, por aí, à Inglaterra, por um lado, e às colónias, por outro, e a burguesia produtiva, industrial e agrícola, procurando fugir à subordinação dos seus interesses à esfera da circulação e recorrendo, para isso, designadamente, à protecção alfandegária. Para darmos à terminologia tradicional um sentido mais preciso do que o que habitualmente tem, seria a esta segunda fracção que caberia, e só a ela, a designação de *burguesia nacional*.²⁴

Esta força da burguesia ligada à exportação e importação, numa linha de continuidade em relação à realidade econômica da exploração colonial do Brasil, tem impacto mesmo na atuação portuguesa frente aos conflitos europeus. Deve-se ter em mente que os interesses econômicos também influenciam o apoio à França ou à Inglaterra quando da invasão de Portugal pelas tropas napoleônicas e não são raros, embora também não sejam maioria, os portugueses que apoiam as tropas napoleônicas invasoras. Certamente interessa à burguesia ligada ao comércio internacional a independência lusitana sob a “proteção” inglesa; enquanto o domínio francês pode representar maior protecionismo e condições para os produtores nacionais. Até mesmo porque a concorrência dos produtos franceses não era tão ameaçadora quanto a dos produtos britânicos.

Também o Miguelismo pode ser entendido como uma tentativa de voltar a uma situação socioeconômica e histórica anterior. Passava ele pela ideia de recolonização do Brasil e de manutenção da sociedade e do Estado portugueses nos moldes anteriores à fuga da família real diante das iminentes invasões francesas.

Recebido em 14 de setembro de 2017.

Aprovado em 19 de julho de 2018.

24 CABRAL, Manuel Villaverde. Sobre o século XIX portugueses: a transição para o capitalismo. *Análise Social*, 45, p.106-126, 1976, p. 112-113.